

MICROSCÓPIO

Numa recente palestra radiofônica, acenou-nos o sr. ministro Marcondes Filho com a breve realização de uma promessa esquecida e que muitos julgavam perempta: o plebiscito que, de acôrdo com a própria carta de 10 de novembro, devera há muito ter-se feito, afim de averiguar se o novo regime logrou realmente a aprovação popular.

Não me alisto eu entre os que censuram a demora. Acho-a natural e justificada. Ninguém pode julgar o que ainda não conhece. E ainda menos o pode fazer, quando o desconhecido é, além de inesperado, insólito. Portanto, se o povo tinha realmente de ser chamado a decidir post factum, claro é que, somente depois de adquirida sólida experiência de um regime inteiramente novo em nossa vida política, poderia êle manifestar-se em boa consciência e verdade.

Não estranho, pois, a dilação. Muito pelo contrário, justifico-a, porque somente agora está o povo sabendo o que é o regime. Não há como a experiência, para ensinar. E tanto melhor ensina, quanto mais dura é.

Não estranho a dilação e vou além: eu dispensaria de bom grado o plebiscito, se plebiscito não se considera o ardor com que o povo esteve ao lado das democracias, desde o primeiro dia da conflagração.

Mas, já que se fala novamente em plebiscito e não se considera necessária consequência da vitória a volta pura e simples ao regime democrático representativo, façamos o plebiscito.

Convém não esquecer, entretanto, que plebiscito pressupõe decisão; decisão importa escolha; escolha significa julgamento; julgamento implica debate; debate requer liberdade. Por outro lado, o ato de votar, seja num simples plebiscito, por sim ou não, seja numa eleição entre programas e candidatos de vários partidos, demanda, para todos os cidadãos indistintamente, não só inteira segurança no ato de votar, mas também a garantia de que, depois do ato, não venham êles a ser verados. Em outros termos, necessário se faz o restabelecimento pleno, e não apenas formal e efêmero, das garantias constitucionais.

A tais aspetos fundamentais da questão não se referiu o ilustre ministro do Interior, nem o poderia ter feito numa primeira e rápida alusão ao plebiscito. E' de esperar, porém, que os esclareça cabalmente, nas suas proximas palestras radiofônicas.

RAUL PILLA.

25-8-944